

## Historiografia e pós-modernismo \*

*F. R. Ankersmit*

**M**eu ponto de partida neste artigo é a atual superprodução dentro de nossa disciplina. Estamos familiarizados com a idéia de que, dentro de qualquer área de historiografia que possamos imaginar, em qualquer especialização, uma quantidade superabundante de artigos e livros é produzida anualmente, tornando conhecê-los todos tarefa impossível. Isto é válido até mesmo para as diferentes áreas dentro de uma só especialização. A título de ilustração, darei um exemplo na área de teoria política, com a qual estou bem familiarizado. Quem quisesse adentrar a filosofia política de Hobbes, uns vinte anos atrás, precisava apenas de dois comentários importantes sobre sua obra: os estudos de Watkins e de Warrrender. É claro que havia outras obras, mas após a leitura destes dois livros poder-se-ia estar razoavelmente bem “situado”. Porém, qualquer um que, em 1989, tenha a coragem de tentar dizer algo significativo a respeito de Hobbes terá de ter lido uma pilha de vinte a vinte cinco estudos tão cuidadosamente escritos quanto abrangentes; lhes pouparei enumerá-los. Ainda mais, estes estudos são via de regra de tão alta qualidade que não podemos nos dar ao luxo de não lê-los.

Existem dois aspectos desta superprodução não-intencional. Em primeiro lugar, a discussão sobre a obra de Hobbes torna-se uma discussão sobre a *interpretação* da obra de Hobbes, em vez de ser uma discussão sobre a obra *em si*. O texto original às vezes parece ser pouco mais do que a quase esquecida razão da guerra de interpretações de hoje em dia. Em segundo lugar, por evidentemente prestar-se a múltiplas interpretações, o texto original de Hobbes perdeu sua capacidade de funcionar como árbitro no debate dentro da História. Devido a tantas interpretações, o texto em si tornou-se vago, uma aquarela na qual as linhas se fundem. Isto significa que a ingênua crença de que o texto poderia oferecer uma solução para nossos problemas de interpretação tornou-se tão absurda quanto crer em sinalização de rosa-dos-ventos. O resultado paradoxal desta situação é que

o texto em si não tem mais autoridade em uma interpretação e que nos sentimos até compelidos a recomendar que nossos alunos não leiam *Leviathan* independentemente; é mais fácil antes tentar encontrar um caminho através da selva das interpretações. Resumindo — não temos mais textos, mais passado, apenas interpretações destes.

Quando leio os artigos e revisões que anunciam novos livros no *Times Literary Supplement*, no *New York Review of Books* ou nos jornais especializados que têm aumentado de quantidade a um passo alarmante, não duvido que as coisas são as mesmas em outras áreas de historiografia. A situação que Nietzsche temia há mais de cem anos, a situação na qual a historiografia em si impede nossa visão do passado, parece ter se tornado realidade. Esta enchente de literatura histórica nos dá não somente uma sensação de forte desalento, como também esta superprodução, inegavelmente, tem algo de pouco civilizado. Associamos civilização com, entre outras coisas, um senso de moderação, um meio-termo entre o excesso e a falta. Porém, qualquer senso de moderação parece ter se perdido no nosso atual alcoolismo intelectual. Esta comparação com o alcoolismo é também muito justa porque o livro ou artigo mais recente sobre um tema qualquer também pretende ser o mais novo *drink* intelectual.

Esta situação, é claro, não é novidade; portanto não foram poucas as tentativas de assegurar algumas perspectivas tranquilizadoras de futuro para os historiadores desanimados. O historiador holandês Romein viu nesta superprodução uma tendência à especialização e clamou por uma história teórica que reverteria a pulverização da nossa compreensão do passado causada pela especialização. A história teórica nos elevaria a um ponto de vista mais largo, do qual poderíamos vistoriar e trazer ordem ao caos causado pela superprodução e pela especialização.<sup>1</sup> Porém o livro de Romein, divisor de águas entre duas eras, é prova de que é mais fácil dizer que fazer. Acima de tudo, o problema parece ser que neste nível mais exaltado proposto por Romein, uma real integração entre as especializações ainda é difícil de atingir. A historiografia integral leva à enumeração antes do que à integração.

Uma outra saída para o dilema é apontada pela Escola dos Annales. Ela tem se debruçado prioritariamente sobre a descoberta de outros objetos de pesquisa no passado; com esta estratégia efetivamente tem a chance

de novamente encontrar a História em estado puro. É claro que este é um alívio temporário: dentro em breve, inumeráveis historiadores, sejam eles franceses ou não, se apropriarão desses temas e logo eles também estarão cobertos por uma crosta espessa e opaca de interpretações. Existe mais a ser dito sobre quão engenhosa a Escola dos Annales é em descobrir temas novos e excitantes. No decorrer deste artigo voltarei ao tema.

A questão crucial agora é que atitude tomar quanto a essa superprodução de literatura histórica que está se espalhando qual um câncer por todas as suas áreas. O desejo reacionário pelo comportado ambiente da história de cinquenta anos atrás é tão sem sentido quanto uma resignação desalentada. Temos de compreender que não há retorno. Já foi calculado que hoje em dia há mais historiadores debruçados sobre o passado do que a quantidade total de historiadores desde Heródoto até 1960. Não é preciso dizer que é impossível proibir todos esses estudiosos de hoje em dia de produzir novos livros e artigos. Tampouco ajudam reclamações sobre a perda de um elo direto com o passado. Porém, o que realmente *ajuda e tem sentido* é definirmos um novo e diferente elo com o passado, baseado em um reconhecimento total e honesto da posição em que nos encontramos como historiadores.

Existe ainda outro motivo para buscarmos essa direção. A atual superprodução de literatura histórica pode realmente ser considerada monstruosa se partirmos do ponto de vista tradicional sobre a missão e significado da historiografia. Esta, hoje em dia, já se libertou do seu casulo tradicional, teórico e auto-regulador e está, portanto, precisando de novas roupagens. Não para tentar ensinar ao historiador como realizar seu trabalho nem para desenvolver uma teoria *Vom Nutzen und Nachteil der Historie für das Leben*. Quanto à primeira parte deste último enunciado, não há lugar fora da historiografia em si do qual possam ser retiradas regras para o método de trabalho do historiador; se estes considerarem um dado significativo, então ele é realmente significativo e ponto. Quanto à segunda parte, não creio que a historiografia seja útil ou que tenha alguma desvantagem reconhecível. Não quero com isso dizer que ela é inútil, mas sim que o questionamento quanto à utilidade ou desvantagens da historiografia é impróprio — um “erro de categoria”, conforme a expressão de Ryle. A His-

tória e a consciência histórica pertencem, junto com a poesia, literatura e pintura entre outros, à cultura, e não se pode fazer perguntas significativas quanto à utilidade da cultura. A cultura, da qual faz parte a historiografia, é antes o pano de fundo do qual ou contra o qual podemos formar nossas opiniões, por exemplo, quanto à utilidade de certas formas de pesquisa científica ou de certos objetivos políticos. Por esta razão a política e a ciência não fazem parte da cultura; se algo pode ser usado, ter desvantagens ou ainda ser utilizado para manipular o mundo, este não é parte da civilização. A cultura e a história definem formas de uso, mas não podem elas mesmas ser definidas em termos de utilidade. Pertencem aos domínios dos “pressupostos absolutos”,<sup>2</sup> tais como os define a terminologia de Collingwood. Este é também o porquê de a política não dever interferir na cultura.

Portanto, se quisermos encontrar nova roupagens para a historiografia, como considerado necessário acima, o problema mais importante seria situá-la na civilização atual, como um todo. Este problema não é de natureza histórico-cultural ou interpretativa, e poderia ser comparado com o tipo de problema que nos colocamos quando consideramos o lugar ou significado de determinado evento no curso de nossas vidas. Em geral, é estranho que os historiadores e os filósofos da história tenham prestado tão pouca atenção nos últimos quarenta anos aos paralelos apresentados entre o desenvolvimento da atual historiografia e o da literatura, crítica literária — resumindo, da civilização. Aparentemente, o historiador não percebeu ter nenhuma razão a mais que o químico ou o astrônomo para suspeitar da existência desses paralelos.

Não pretendo aqui determinar o lugar da historiografia desta forma. Irei, ao invés disso, afastar-me ainda mais para certificar-me se a superprodução historiográfica tem sua contrapartida em uma parte considerável da sociedade e civilização atuais. Quem já não ouviu o clichê de que vivemos em uma era de excesso de informação? No decorrer de toda essa teorização sobre a informação — que por vezes é mais profunda que por outras — dois dados importantes para este artigo se destacam. Em primeiro lugar, é estranho que se fale freqüentemente da informação como se fosse algo quase físico. A informação “flui”, “se move”, “se espalha”, “é trocada”, “é guarda-

da” ou “é organizada”. Lyotard fala do Estado como de um corpo que retém ou dispensa fluxos de informação.<sup>3</sup> A informação parece ser um líquido de baixa viscosidade, somos inundados por ele e perigamos nos afogar. Em segundo lugar, quando falamos de informação, a própria idéia de informação assumiu um lugar conspícuo em relação ao conteúdo mesmo dessa informação. Essa relação era normalmente inversa. Tomemos como exemplo uma alegação informando que “Em 1984 Ronald Reagan foi eleito presidente dos EUA”. O enunciado informativo em si era encoberto pelos fatos que ele descrevia. Porém, na nossa atual forma de falar sobre informação, a realidade sobre a qual versa a informação tende a ser relegada a pano de fundo. A realidade é a informação em si e não mais a realidade por trás desta informação. Isso dá à informação uma autonomia própria, uma substância própria. Assim como existem leis que descrevem o funcionamento real das coisas, parece também poder haver um sistema científico que descreva o funcionamento deste líquido singular que chamamos informação. Gostaria também de agora dizer que, sob a perspectiva da teoria de Austin sobre o ato da fala, a informação poderia ser tanto considerada atuante quanto não atuante. Esse é sem dúvidas um dos aspectos mais fascinantes do fenômeno da informação.<sup>4</sup>

Ultimamente, muitos têm percebido essa mudança de atitude quanto ao fenômeno da informação. Teorias têm sido propostas e os teóricos envolvidos têm, via de regra, feito renome. Neste contexto, comumente falamos de pós-modernistas ou de pós-estruturalistas que são, compreensivelmente, contrastados com os modernistas e estruturalistas do passado recente. Em 1984, uma conferência muito interessante em Utrecht dedicou-se ao pós-modernismo, mas qualquer um que tenha comparecido às exposições concordará que não é fácil definir satisfatoriamente os conceitos de pós-modernismo ou de pós-estruturalismo.<sup>5</sup> Mesmo assim, é possível discernir suas linhas gerais, como o fez Jonathan Culler em um livro recente.<sup>6</sup> A ciência era o alfa e o ômega dos modernistas e dos estruturalistas; estes a viam não somente como o mais importante produto mas concomitantemente como o máximo produto da modernidade. Tal racionalismo científico não é um problema para os pós-modernistas e pós-estruturalistas; eles a vêem como por fora ou por cima. Nem criticam nem re-

jeitam a ciência; não são irracionalistas, mas sim lhe demonstram a mesma indiferença que observamos anteriormente nas atitudes de hoje em dia sobre a informação. Não é uma questão de metacrítica da pesquisa científica ou do método científico como a conhecemos na filosofia da ciência. Esta última permanece inerente ao cientificismo dos modernistas; os filósofos da ciência seguem as linhas de raciocínio dos cientistas e estudam seus caminhos, desde a descoberta de dados empíricos até a teorização. Para os pós-modernistas, tanto a filosofia da ciência quanto a própria ciência formam o produto, o ponto de partida para suas reflexões. E os pós-modernistas também estão pouco interessados na questão sociológica de como os cientistas pesquisadores reagem uns aos outros ou sobre como se relacionam ciência e sociedade. A atenção do pós-modernista não está focada nem na pesquisa científica nem na maneira como a sociedade digere os resultados desta pesquisa científica, mas tão-somente no funcionamento da ciência e da informação científica em si.

Para o pós-modernismo, a ciência e a informação são objetos de estudo independentes, que obedecem às suas próprias leis. A primeira regra principal da teoria da informação pós-moderna é a lei que reza que a informação se multiplica. Uma das características mais importantes da informação é que informação realmente importante nunca está no fim de sua genealogia, mas que a sua importância reside realmente na posteridade intelectual que ela outorga. A própria historiografia é uma excelente ilustração disto. As grandes obras da história da historiografia, como as de Tocqueville, Marx, Burckhardt, Weber, Huizinga ou Braudel têm provado ser os maiores estimulantes de uma nova onda de publicações, em vez de concluir uma genealogia de informação como se o problema em questão tivesse sido definitivamente solucionado. “Paradoxalmente, quanto mais poderosa e autoritária a interpretação, mais análises ela suscita”.<sup>7</sup> Do ponto de vista modernista, a forma pela qual justamente a informação mais interessante gera ainda mais informação é, obviamente, incompreensível. Para estes, informação significativa é exatamente aquela que põe fim às análises; não conseguem explicar porque justamente o que pode ser discutido é o fundamental para o progresso da ciência, por que, como diz Bachelard, os fatos que *podem gerar discussão* são os fatos *reais*.

É importante, dentro do arcabouço deste artigo, ver com maiores detalhes este pós-modernismo que é acientífico antes de anticientífico. Em primeiro lugar, ele pode nos ensinar o que deveríamos compreender como historiografia pós-moderna e que, em segundo lugar, a historiografia sempre teve algo de pós-moderna. Um bom exemplo do critério pós-moderno de ciência é a “desconstrução” — para usar o termo correto — da causalidade por Nietzsche, que muitos consideram ser um dos mais importantes pilares do pensamento científico. Na terminologia da causalidade, a causa é a origem e o efeito, o produto secundário. Nietzsche então demonstra que procuramos as causas apenas baseados em nossas observações dos efeitos e que, portanto, o efeito é, de fato, o produto principal e a causa, o secundário. “Se o efeito é o que causa que a causa seja uma causa, então o efeito, não a causa, deve ser tratado como a origem”.<sup>8</sup> Quem discordar dizendo que Nietzsche confundiu a ordem dos fatores respectivamente da pesquisa e da realidade não estará percebendo o cerne de sua linha de pensamento, pois este é precisamente o artificialismo da hierarquia tradicional de causa e efeito. Nosso treinamento científico, por assim dizer, “estabilizou-nos” em uma aderência a essa hierarquia tradicional, mas além deste treinamento intelectual não há nada que nos obrigue a continuar dessa forma. O mesmo, se não mais ainda, pode ser dito da inversão desta hierarquia.

Esta é a maneira de se colocar os fatos no pós-modernismo. A ciência é “desestabilizada”, colocada fora de seu próprio centro, a reversibilidade de padrões de pensamento e de categorias de pensamento é enfatizada, sem a sugestão de uma alternativa definida. É uma forma de crítica desleal da ciência, um golpe abaixo da linha da cintura que talvez não seja justo, mas que por esta mesma razão realmente atinge a ciência onde ela é mais sensível. A racionalidade científica não é *aufgehoben* de uma forma hegeliana em relação a uma outra coisa, nem é verdade dizer que toda forma de visão evoca automaticamente a sua antítese; antes, é o reconhecimento que todo ponto de vista tem, além de seu interior cientificamente aprovado, um exterior que não é percebido pela ciência. Em seu *Tractatus*, Wittgenstein já havia sugerido algo similar para todas as linhas de pensamento válidas. De fato, esta vem a ser a linha válida de pensamento que almeja tornar-se

supérflua, o que portanto é sempre uma viagem através do território da inverdade — isto é, a viagem desde o equívoco inicial até o *insight* correto. Conseqüentemente, o que é verdadeiro estará sempre maculado pelo que não é verdadeiro.

Uma conclusão tanto lógica quanto ontológica pode ser ligada a este *insight*; juntas elas dão uma idéia da natureza revolucionária do pós-modernismo. Vamos primeiro analisar a lógica. Para o pós-modernista, as certezas científicas sobre as quais os modernistas sempre trabalharam são todas como que variantes do paradoxo do mentiroso. Isto é, o paradoxo do cretense que afirma que todos os cretenses são mentirosos; ou, para colocá-lo mais sucintamente, o paradoxo do enunciado “este enunciado é falso”, onde este enunciado é um enunciado sobre si mesmo. É claro que todo o drama do pós-modernismo está contido no *insight* de que todos esses paradoxos podem ser vistos como insolúveis. Aqui devemos lembrar que a solução para o paradoxo do mentiroso que Russell, através de sua teoria dos tipos e da distinção entre predicados e predicados de predicados, propôs no *Principia Mathematica*, é até hoje reconhecida como uma das mais fortes bases da lógica contemporânea.<sup>9</sup> A meta dos pós-modernistas é, portanto, tirar o tapete debaixo dos pés do modernismo e da ciência. Também aqui a melhor ilustração da tese pós-moderna é providenciada pela historiografia. Interpretações históricas do passado primeiramente se tornam reconhecíveis, primeiramente adquirem suas identidades através do contraste com outras interpretações; elas são o que são somente na base do que não são. Qualquer um que conheça apenas uma interpretação, por exemplo, da Guerra Fria não conhece nenhuma interpretação deste fenômeno. Todo *insight* histórico tem, portanto, intrinsecamente uma natureza paradoxal.<sup>10</sup> Sem dúvida, Hayden White, em seu livro *Metahistory* — o mais revolucionário em filosofia da história nos últimos vinte e cinco anos —, estava pensando dessa mesma forma quando caracterizou toda historiografia como fundamentalmente irônica.<sup>11</sup>

Vamos agora pensar em ontologia. Em sua desconstrução da hierarquia de causa e efeito, Nietzsche opunha nossa maneira de falar da realidade aos processos dentro da realidade em si. A distinção atual entre linguagem e realidade perde então sua *raison d'être*. A linguagem científica, particularmente, não é mais um “espelho da natureza”, mas é uma parte do

inventário da realidade, tanto quanto os objetos reais que a ciência estuda. A linguagem é usada na ciência como uma coisa<sup>12</sup> e, como defendeu Hans Bertens na Conferência de Utrecht sobre pós-modernidade,<sup>13</sup> coisas na realidade adquirem uma natureza “semelhante à linguagem”. Mais uma vez, a historiografia apresenta a melhor ilustração para tal. Como veremos dentro em breve, é a linguagem histórica que apresenta a mesma opacidade que associamos às coisas na realidade. Além do que, tanto White como Ricoeur (a quem eu certamente não estou chamando de pós-modernista) gostam de dizer que a realidade passada deve ser vista como um texto formulado em língua estrangeira, com as mesmas dimensões léxicas, gramaticais, sintáticas e semânticas que qualquer texto.<sup>14</sup> É também característico que os historiadores demonstrem em suas reflexões teóricas uma tendência acentuada de falar sobre a linguagem histórica como se esta fizesse parte da realidade em si e vice-versa. Portanto, Marx falou da contradição entre forças produtivas e relações de produção como se estivesse discutindo *afirmações* sobre a realidade em vez de *aspectos* desta realidade. De forma similar, os historiadores freqüentemente gostariam de ver esta mesma singularidade realizada para a linguagem histórica, como o são caracteristicamente os fenômenos históricos.<sup>15</sup> Resumidamente, a resistência latente e freqüentemente inconsciente à dicotomia linguagem/história que os historiadores sempre demonstraram teve sua origem no desconsiderado, mas ainda assim correto, *insight* destes sobre a natureza fundamentalmente pós-moderna de sua disciplina.

Quando a dicotomia entre linguagem e realidade está sendo discutida, o estoicismo não estará longe. Pois não nos dão ambas as linguagens do romancista e do historiador uma ilusão de realidade, seja ela de ficção ou genuína? Ainda mais importante, Gombrich já nos ensinou em vários textos que a obra de arte, isto é, a linguagem do artista, não é uma reprodução mimética da realidade, mas sim um seu substituto ou reposição.<sup>16</sup> Linguagem e arte não se colocam em oposição à realidade, mas são eles mesmos uma pseudo-realidade, portanto, encontram-se dentro da realidade. A bem dizer, Merrill, em sua brilhante genealogia do pós-modernismo, já demonstrou o quanto os pós-modernistas desde Nietzsche até (incluindo) Derrida buscaram estender o esteticismo sobre todo os domínios de representação da realidade.<sup>17</sup>

Este esteticismo também harmoniza-se com os *insights* recentemente adquiridos sobre a natureza da historiografia — isto é, o reconhecimento da dimensão estilística no texto histórico. Para os modernistas, o estilo era anátema ou, na melhor das hipóteses, irrelevante. Citando uma palestra recente de C. P. Bertels: o “texto refinado, a demonstração de estilo literário, não acrescenta um átimo de verdade nem à pesquisa histórica nem a qualquer outra pesquisa histórica”.<sup>18</sup> O que importa é o conteúdo; a maneira, o estilo com que este é expresso, é irrelevante. Porém, a partir de Quine e de Goodman, esta agradável distinção entre forma, ou estilo, e conteúdo não pode mais ser considerada como dada. A argumentação destes pode ser resumida da seguinte forma: se vários historiadores debruçam-se sobre vários aspectos do mesmo objeto de pesquisa, as subsequentes diferenças de conteúdo podem ser descritas como diferenças de estilo ao tratar-se desse objeto de pesquisa. “O que é dito (...) pode ser uma maneira de falar sobre outra coisa; por exemplo, escrever sobre as batalhas renascentistas ou sobre as artes renascentistas são maneiras diferentes de falar sobre a Renascença”.<sup>19</sup> Ou, nas palavras de Gay, “maneira”, estilo, implica também uma decisão quanto a conteúdo, “material”.<sup>20</sup> E quando se pode distinguir entre estilo e conteúdo, podemos até mesmo atribuir ao estilo prioridade sobre o conteúdo, pois graças ao fato dos pontos de vista historiográficos serem incomensuráveis — isto é, que a natureza das diferenças de opinião em história não podem ser satisfatoriamente definidas em termos de objetos de estudo — nada podemos fazer além de concentrarmo-nos no estilo incorporado a cada ponto de vista histórico ou olhar sobre o passado, se quisermos garantir um progresso significativo do debate na História. O estilo, se não o conteúdo, é o tema de tais debates. O conteúdo é derivado do estilo.

O reconhecimento da natureza estética da historiografia pelo pós-modernismo pode ser descrito mais detalhadamente da seguinte forma. Na filosofia analítica, existe o fenômeno do chamado “contexto intensificado”. Um exemplo é o postulado “João acredita que  $x$ ”, ou “João espera que  $x$ ”, onde  $x$  representa uma alegação particular. A questão é que em um contexto intensificado como este,  $x$  nunca poderá ser substituído por outra alegação, mesmo sendo esta equivalente a  $x$ , ou resultante direta deste. Afinal, não sabemos se João está de fato ciente das conseqüências de sua

crença ou esperança em x. É possível que João acredite que a água esteja fervendo, sem acreditar que a temperatura da água é de 100 graus centígrados. Em outras palavras, a forma exata com que uma alegação é formulada em um contexto intensificado é um dos pré-requisitos para a verdade desta alegação. A frase atrai, por assim dizer, atenção sobre si mesma. Portanto, a forma da alegação é aqui certamente tão importante quanto o conteúdo. Em um livro particularmente interessante, Danto demonstrou que esta natureza intensificada das alegações e textos (pelo menos em sua maioria) é mais patente na literatura: “podemos percebê-lo (este elemento intensificado) talvez em nenhum lugar tão claramente quanto nestes textos literários, onde além de quaisquer fatos que o autor queira comunicar, ele ou ela *escolhe as palavras* com as quais quer comunicá-los”, e onde a intenção literária do autor “seria falha caso outras palavras fossem usadas”.<sup>21</sup> Por esta natureza intensificada, o texto literário possui uma certa opacidade, a capacidade de atrair atenção para si, em vez de atrair atenção para uma realidade fictícia ou histórica por trás do texto. Esta é uma característica que o texto literário tem em comum com a historiografia; pois a natureza do olhar sobre o passado apresentado em um texto de história é definida com exatidão pela linguagem usada pelo historiador em sua obra. Por causa da relação entre o olhar historiográfico e a linguagem usada pelo historiador para expressar este olhar — uma relação que nunca entrecruza o campo do passado — a historiografia possui a mesma opacidade e dimensão intensificada que a arte.

A arte e a historiografia podem portanto ser contrastadas com a ciência. A linguagem científica tem ao menos a pretensão de ser transparente; se ela impede nossa visão da realidade, terá de ser refinada ou solucionada. É verdade que alguns filósofos da ciência, tais como Mary Hesse, querem atribuir mesmo às ciências acima mencionadas qualidades estéticas e literárias. Isto, é claro, faria ainda mais plausíveis as minhas idéias sobre historiografia, porém vejo as diferenças entre as ciências exatas e a historiografia como mais do que apenas uma questão de nuances. Quando o *insight* em uma disciplina é de natureza mais sintática do que semântica — como o é nas ciências exatas —, existe comparativamente menos espaço para contextos intensificados. Afinal, apenas do ponto de vista semântico é possí-

vel indagar sobre a existência ou não de sinonímia (que é a questão mais importante em contextos intensificados).

Se concordarmos com o acima-mencionado, isto é, com a aplicabilidade do *insight* pós-moderno à historiografia, gostaria de enunciar uma série de conclusões antes de terminar este artigo. Para o modernista, dentro de sua noção científica de mundo, dentro da visão de história que inicialmente todos aceitamos, evidências são essencialmente evidência de que algo aconteceu no passado. O historiador modernista seguia uma linha de raciocínio que parte de suas fontes e evidências até a descoberta de uma realidade histórica escondida por trás destas fontes. De outra forma, sob o olhar pós-modernista, as evidências não apontam para o passado, mas sim para interpretações do passado; pois é para tanto que de fato usamos essas evidências. Para expressar essa idéia por meio de imagens: para o modernista, a evidência é um azulejo que ele levanta para ver o que está por baixo; para o pós-modernista, ela é um azulejo sobre o qual ele pisa para chegar a outros azulejos; horizontalmente em vez de verticalmente.

Este não é somente um *insight* sobre o que efetivamente acontece, mas também um *insight* sobre o que se debruçar no futuro. Esta sugestão pode ser descrita como tornar a fonte histórica contemporânea. As evidências não são como uma lupa para ver melhor o passado, mas assemelham-se mais às pinceladas usadas pelo artista para produzir determinado efeito... Elas não remetem ao passado, mas sim levantam a questão do que o historiador pode ou não, aqui e agora, fazer. Georges Duby ilustra essa nova atitude para com as evidências. Quando seu inteligente entrevistador Guy Lardreau lhe pergunta o que constitui para ele, Duby, a evidência mais importante, a resposta é que esta pode ser encontrada no que não é dito, no que uma determinada época não diz a respeito de si mesma, donde sua comparação com a revelação de um negativo.<sup>22</sup> Assim como o peixe não sabe que está nadando em água, o que é mais característico, onipresente em uma época, não é do conhecimento desta mesma época. Não é revelado até esta época se concluir. O perfume de uma era só poderá ser sentido em outra era subsequente. Certamente, Hegel e Foucault já fizeram vários comentários interessantes a esse respeito. Contudo, a questão aqui é a observação de Duby de que a essência do período é determinada pelo

*destinataire*, para usar o termo dos pós-modernistas franceses, pelo historiador que precisa revelar aqui e agora este seu negativo de um período através do que não foi dito ou do que foi apenas sussurrado, ou ainda que foi expresso em detalhes insignificantes. O historiador é como o *connoisseur* que reconhece o artista não pelo que lhe é característico (portanto imitável), mas sim pelo que, por assim dizer, espontaneamente lhe “escapa”. “Le style, c’est l’homme”, e nosso estilo é o lugar onde somos nós mesmos sem pensarmos sobre nós mesmos. Por essa razão tão poucas pessoas ainda têm estilo nesta época tão narcisista. Resumindo, essa maneira sugerida por Duby de lidar com evidências é especial não porque aponte para algo que se esconde por trás delas no passado, mas sim porque elas adquirem significado e importância quando confrontadas com a mentalidade da era posterior, na qual vive e trabalha o historiador. A mentalidade de uma era revela-se apenas por contraste com um outro período; donde a direção em que esta evidência aponta sofre uma rotação de noventa graus. Como tão habitualmente acontece, isto, também, foi antecipado por Huizinga. Ao escrever sobre a sensação histórica, ele diz que “este contato com o passado, que é acompanhado por uma completa convicção de verdade, de genuinidade, pode ser evocado por uma linha de uma crônica ou decreto, de uma gravura, ou por algumas estrofes de uma velha canção. Não é um elemento introduzido pelo escritor (no passado) através do uso de certas palavras (...) o leitor é quem a traz *ao encontro do autor*, é a sua resposta ao chamado deste último”.<sup>23</sup>

Não é surpreendente que Duby e Lardreau assinalem nesta conexão a relação entre a historiografia e a psicanálise.<sup>24</sup> Em ambas, o interesse recai sobre a interpretação, no sentido mais fundamental da palavra. Na historiografia, essa forma de lidar com vestígios do passado sugerida por Duby nos compele a não procurar por uma máquina inicialmente invisível dentro do passado em si que teria sido a causa desses vestígios ainda discerníveis na superfície. Da mesma forma, a psicanálise, apesar de nuances positivistas ali encontradas pelo próprio Freud, é na verdade um repertório de estratégias de interpretação. Ela nos ensina a compreender o que o neurótico *diz* e não busca atrair atenção para os efeitos causais de uma quantidade de homúnculos elementares e indivisíveis que habitam sua mente.<sup>25</sup> Tanto o

psicanalista quanto o historiador tentam projetar um padrão *sobre* os vestígios em vez de procurar por algo que esteja *por trás* desses vestígios. Em ambos os casos, a atividade interpretativa é compreendida de forma estritamente nominalista; não existe nada na realidade histórica nem na mente neurótica que corresponda ao conteúdo das interpretações.

Existe ainda outro paralelo ainda mais interessante a ser feito com a interpretação psicanalítica. É evidente que a tese de Duby segundo a qual o historiador deve ater-se ao que não é dito e ao que é suprimido — loucuras, inverdades e tabus, para utilizarmos os critérios de Foucault — está obviamente relacionada ao método de trabalho do psicanalista. Assim como somos o que não somos, ou não queremos ser, de uma certa forma o passado também é o que não foi. Na psicanálise e na história, o que é suprimido se manifesta em detalhes pequenos e que parecem irrelevantes. Na psicanálise, isso resulta no *insight* de que o homem não possui um ser ou essência facilmente observável, baseado no qual ele poderia ser compreendido, mas sim que o segredo da personalidade está no que apenas rara e fugidamente torna-se visível por detrás do que é normalmente exposto. Como o coloca Rorty, nossa personalidade é antes uma colagem do que uma substância: “a habilidade de nos enxergarmos mais como um colagens idiossincráticas do que como substâncias tem sido fator importante na habilidade de descartarmos a idéia de haver um verdadeiro eu, compartilhado entre todos humanos (...) Freud tornou o paradigma do autoconhecimento a descoberta de pequenos incidentes idiossincráticos antes do que a de uma essência”.<sup>26</sup>

Este também é o caso da historiografia, ao menos no que eu gostaria de denominar história pós-moderna (das mentalidades). Formulando isso da maneira paradoxal tão cara aos pós-modernos: a essência do passado não é, ou não está, na essência do passado. São as migalhas, os pequenos erros, os *Fehlleistungen* do passado, os raros momentos em que o passado “se libera”, que nos levam a descobrir o que nos é realmente importante. Suspeito que uma explicação ao menos parcial possa assim ser encontrada para o que Jörn Rüsen chama de “mudança de paradigma” na atual historiografia, a qual na sua opinião consiste principalmente em trocar uma *makrohistorische Strukturen* por uma *microhistorische situationen und*

*Lebensverhältnisse*, a qual seria o objeto de estudo do historiador.<sup>27</sup> O que presenciámos pode muito bem ser nada menos que o adeus definitivo, por enquanto, a todas as aspirações existencialistas que vêm dominando a historiografia através de toda sua existência. Os historiadores vêm buscando algo que pudessem rotular como a essência do passado — o princípio que regia o todo no passado (ou durante parte dele) e baseado no qual, conseqüentemente, tudo poderia ser compreendido. Através dos séculos, este existencialismo historiográfico se manifestou de diversas formas diferentes. É evidente que o existencialismo esteve conspicuamente presente nos vários sistemas especulativos que nortearam o pensar do homem ocidental sobre seu passado. O sistema teológico Agostiniano de história e suas variantes seculares,<sup>28</sup> a idéia de progresso, a fé cega no progresso da ciência e nas benesses que esta deveria acarretar, sempre foram a “metanarrativa”, usando a terminologia de Lyotard, através da qual não somente a historiografia como também outros aspectos fundamentais da civilização foram legitimados.<sup>29</sup>

Depois veio o historicismo, o qual, com estranha inocência,<sup>30</sup> via a essência do passado personificada em uma mistura curiosa de fatos e idéias. A inocência epistemológica dessa doutrina historicista das idéias históricas foi possível apenas em uma época na qual a crença e a fé na perceptibilidade da essência do passado eram tão facilmente tomadas como dados que ninguém se apercebia de sua própria arrogância ontológica. A História Social, tal como discutida por Rüsen, foi o último elo nessa cadeia de visões existencialistas da História. O tom triunfal sob o qual a História Social emergiu, especialmente na Alemanha, é a prova cabal da auto-superestima otimista desses historiadores, que acreditam ter finalmente encontrado a tão procurada chave que abrirá todas as portas da História. Qualquer um que conheça a natureza essencialista dessa História Social e também a tradicional inimizade entre o essencialismo e a História não poderá deixar de perceber a natureza burlesca das pretensões dos historiadores sociais. Os piores modernistas, porém, ainda se encontram entre os filósofos da história — o que não é surpreendente: estes ovacionam qualquer ostentação pseudocientífica com ainda mais gosto que os historiadores, quando julgam encontrar nelas a confirmação de suas já gastas idéias positivistas.

Gostaria de explicar melhor o movimento de consciência histórica acima exposto por meio da seguinte imagem. Comparemos a História a uma árvore. A tradição essencialista dentro da historiografia ocidental focou a atenção dos historiadores no tronco da árvore. O que era o caso, é claro, dos sistemas especulativos; estes definiram, por assim dizer, a natureza e o formato desse tronco. O Historicismo e a Historiografia científica modernista, com sua atenção basicamente louvável ao que de fato aconteceu no passado e com sua falta de receptividade para com esquemas apriorísticos, situavam-se nos galhos da árvore. Mesmo assim, de sua posição mantinham a atenção ainda no tronco. Tal como seus predecessores especulativos, tanto os historicistas como os protagonistas de uma assim chamada historiografia científica ainda guardavam a esperança e a pretensão de, em última análise, poder dizer algo sobre esse tronco afinal. As fortes ligações entre essa assim chamada história social científica e o marxismo são significativas neste contexto. A historiografia, desde o historicismo, seja formulada através de terminologia ontológica, epistemológica ou metodológica, vem buscando reconstruir essa linhagem essencialista que perpassa seu passado ou partes dele.

Através da historiografia pós-modernista, encontrada especialmente na história das mentalidades, uma ruptura é feita, pela primeira vez, com essa tradição essencialista centenária — e digo imediatamente, para evitar qualquer *pathos* ou exagero, que aqui me refiro a tendências e não a rupturas radicais. A escolha recai não sobre o tronco nem sobre os galhos, e sim sobre as folhas da árvore. Na visão pós-moderna da História, a meta não é mais a integração, síntese e totalidade; as migalhas históricas são o centro das atenções. Tomemos como exemplo *Montaillou* e outros livros escritos subsequente por Le Roy Ladurie; a *Microstorie* de Ginzburg, o *Sunday of Bouvines* de Duby, ou o *Return of Martin Guerre* de Natalie Zemon Davies. Há quinze ou vinte anos atrás teríamos nos perguntado com espanto qual seria o porquê desse tipo de texto histórico, o que eles estariam buscando provar. E esta pergunta tão óbvia teria suscitado então, como sempre tem sido, nosso desejo modernista de tentar descobrir como funciona a máquina. Porém, no olhar antiessencialista e nominalista do pós-modernismo, esta pergunta perde seu significado. Se queremos, não

obstante, aderir ao essencialismo, podemos dizer que ele não está situado nem nos galhos nem no tronco e sim nas folhas da História.

Isso me traz à questão principal deste artigo. É uma característica das folhas que elas estejam apenas frouxamente ligadas à árvore e que, com a chegada do outono ou do inverno, sejam varridas pelo vento. Por várias razões, podemos presumir que o outono chegou para a historiografia ocidental. Primeiramente, existe, é claro, a natureza pós-moderna de nossos tempos. Nosso antiessencialismo, ou, como tem sido mais popularmente chamado ultimamente, nosso “antifundacionalismo” diminuiu nosso compromisso com a ciência e com a historiografia tradicionais. A nova posição da Europa no cenário mundial a partir de 1945 é um segundo indicador importante. A História desse apêndice do continente da Eurásia não é mais a história do mundo.<sup>31</sup> O que gostaríamos de conceber como o tronco da árvore da História Ocidental tornou-se parte de uma floresta. Os *meta-récits* que gostaríamos de contar sobre a nossa história, sobre o triunfo da Razão, sobre a luta gloriosa pela emancipação do proletariado dos trabalhadores do século XIX, são somente dados de importância local, e portanto não são mais metanarrativas apropriadas. O vento gélido que, de acordo com Romein, soprou por volta de 1900 simultaneamente no Ocidente e no Oriente,<sup>32</sup> finalmente acabou por varrer as folhas da nossa árvore da História por volta da segunda metade deste século.

O que a historiografia ocidental pode agora fazer é recolher as folhas varridas e estudá-las independentemente de suas origens. Isto significa que nossa consciência histórica foi, por assim dizer, virada de cabeça para baixo. Ao colecionar as folhas do passado, tal como Le Roy Ladurie ou Ginzburg, não mais importa qual era sua posição no passado, mas qual padrão podemos formar a partir delas hoje, de que maneira este padrão poderia adaptar-se às outras formas de civilização que existem atualmente. “Desde os dias de Goethe, Macaulay, Carlyle e Emerson”, nos disse Rorty, “uma forma de escrita vem evoluindo, a qual não é nem a avaliação dos méritos relativos das produções literárias, nem história intelectual, nem filosofia da moral, nem epistemologia, nem profecia social e sim um amálgama de tudo isso, formando um novo gênero”.<sup>33</sup> Ao comentar esta frase de Rorty, Culler sublinha a notável indiferença quanto a origem e contexto, históricos ou não, tão característica dessa “nova forma de escrita”:

Os praticantes de algumas disciplinas particulares reclamam que textos que consideram do seu gênero têm sido estudados fora da matriz disciplinar que lhes é própria: estudantes de teoria lêem Freud sem se perguntar se a pesquisa posterior em psicologia possa vir a ter discordado de seus postulados; lêem Derrida sem possuir embasamento na tradição filosófica; lêem Marx sem estudar descrições alternativas de situações econômicas e políticas.<sup>34</sup>

O contexto histórico apropriado perdeu suas tradicionais importância, função e naturalidade como pano de fundo, não porque estejamos assim tão ávidos para assumir uma posição a-histórica ou que não exista o desejo de fazer justiça ao curso da história, mas porque nos “desligamos” deste contexto histórico.

Não me compreendam mal, não estou falando sobre uma candidatura a uma nova forma de subjetividade, sobre a legitimação da imposição de padrões contemporâneos sobre o passado. Qualquer forma de legitimação deve, na melhor das hipóteses, ser deixada para os modernistas. A essência do pós-moderno é justamente que deveríamos evitar apontar padrões essencialistas no passado. Podemos, conseqüentemente, ter dúvidas quanto à significância das recentes tentativas de insuflar vida nova ao antigo ideal alemão de *Bildung* para o bem da posição e reputação da historiografia... Ressuscitar o ideal de *Bildung*, por outro lado, é verdadeiramente uma reação significativa à natureza mapeada de nossa civilização atual. Onde, no passado, a civilização assemelhava-se mais a um indicador de direção que trazia direcionamentos relativamente pouco ambíguos de comportamento social e moral, hoje a civilização atual não nos ensina aonde devemos ir, tal como um mapa, nem nos ensina, caso já tenhamos feito nossa escolha, qual é o caminho mais curto ou o mais pitoresco. Realizarmos o ideal de *Bildung*, no máximo, dar-nos-ia uma boa idéia do caminho já percorrido. Este ideal é a contrapartida cultural da famosa tese de Ernst Haeckel, de que o desenvolvimento do indivíduo é uma versão curta do desenvolvimento das espécies. *Bildung* é a versão abreviada da História da Civilização, na escala do indivíduo particular, através da qual ele pode tornar-se um membro valioso e decente de nossa sociedade.

Porém, dentro da consciência histórica pós-moderna, essa repetição ontológica abreviada de nossa filogênese não tem mais sentido. Os elos na evolução dessa série de contextos históricos da qual consiste nossa filogênese

cultural estão quebrados. Tudo tornou-se contemporâneo, com o notável correlato, utilizando a expressão de Duby, de que tudo tornou-se também História. Quando a História é reagrupada no presente, isso significa que o presente absorve o estigma do passado. Conseqüentemente, *Bildung* requer o uso de um compasso que é rejeitado pelo pós-moderno. Não devemos nos moldar a ele e nem tampouco ao passado, mas sim aprender a utilizá-lo para jogar nosso jogo cultural. O que isto que dizer, em termos concretos, foi descrito por Rousseau visando o indivíduo, singularizado, da seguinte maneira em sua obra *Les rêveries du promeneur solitaire*: existe um

État ou l'âme trouve une assiete assez solide pour s'y reposer toute entière et rassemble là tout son être, sans avoir besoin de rappeler le passé ni d'enjamber sur l'avenir; ou le temps ne soit rien pour elle, où le présent dure toujours sans néanmoins marquer sa durée et sans aucune trace de succession.<sup>35</sup>

Rousseau diz, subseqüentemente, que tal maneira de lidar com o tempo cria um sentimento de total felicidade em nossas vidas — “um bonheur suffisant, parfait et plein, qui ne laisse dans l'âme aucun vide qu'elle sente besoin de remplir.”<sup>36</sup>

A história assim não é mais a reconstrução do que nos ocorreu nas diversas fases de nossas vidas, mas um jogo contínuo com a memória dessas fases. A lembrança tem prioridade sobre o que é lembrado. Algo similar pode ser dito sobre a historiografia. A escavação selvagem, gananciosa e descontrolada do passado, inspirada pelo desejo da descoberta de uma realidade passada e pela reconstrução científica desta, não é mais a tarefa inquestionável do historiador. Fariamos melhor se observássemos o resultado de 150 anos de escavação com maior atenção e nos perguntássemos mais freqüentemente sobre o que significa o somatório disto tudo. Chegou o momento de *pensar* sobre o passado, mais do que de *investigá-lo*.

Porém, na fase da historiografia que parece agora ter começado, o significado é mais importante que a reconstrução e a gênese; nela, o meta dos historiadores é descobrir o significado de uma quantidade de conflitos em nosso passado ao demonstrar sua contemporaneidade. Vejamos alguns exemplos. Um *insight* como o de Hegel sobre o conflito entre Sócrates e a comunidade ateniense pode ser incompatível com o que hoje se sabe sobre

Atenas de cerca de 400 a. C. sob mil pontos, mas mesmo assim não perder sua força. Um segundo exemplo: o que Foucault escreve sobre o estreito elo entre o poder e o discurso que pretende alcançar a verdade, ou ainda sobre a relação muito curiosa entre linguagem e realidade no século dezesseis foi atacado com bases reais por diversos críticos — o que não significa que suas idéias tenham perdido seu fascínio. Não digo que a verdade histórica e a confiabilidade não sejam importantes, nem que são obstáculos no caminho de uma historiografia mais significativa. Pelo contrário, exemplos como os de Hegel e de Foucault nos mostram — por isso os escolhi — que a dimensão metafórica da historiografia é mais poderosa que as dimensões factuais ou literais. O filólogo Wilamowitz, que tenta refutar o *Die Geburt der Tragödie* de Nietzsche, faz o papel de alguém que busca virar um vagão de trem sozinho; a crítica de metáforas com base em fatos é uma atividade tão desprovida de sentido quanto de bom gosto. Apenas metáforas “podem refutar” metáforas.

O que nos traz aos meus comentários finais. Como venho sugerindo, existe razão para assumirmos que o nosso *insight* sobre o passado e nossa relação com ele serão, no futuro, de natureza metafórica e não literal. O que quero dizer é o seguinte: A frase literal “esta mesa tem dois metros de comprimento” dirige nossa atenção para um estado particular, fora da linguagem em si, que é expresso por ela. Já uma frase metafórica como “a história é uma árvore sem tronco” — para usar um exemplo bem adequado — desloca o interesse para o que está acontecendo entre as meras palavras “história” e “árvore sem tronco”. No olhar pós-moderno, o foco não está mais no passado em si, mas na incongruência entre passado e presente, entre a linguagem que usamos para falar do passado e o passado em si. Não há mais “uma linha que perpassa a História” que neutralize esta incongruência. Isso explica a atenção dada aos aparentemente incongruentes mas surpreendentes e, esperamos, talvez mesmo perturbadores detalhes que Freud, em sua obra *Unheimliche*, definiu como “Was im verbogenen hatte bleiben sollen und hervorgetreten ist.”<sup>37</sup> Resumindo, atenção a tudo que é sem significado e irrelevante exatamente para o ponto de vista da historiografia científica. Pois esses eventos incongruentes, *Unheimliche*, fazem justiça à incongruência da linguagem do historiador em sua relação com o passado.

Tal como o pós-modernismo, a partir de Nietzsche e de Heidegger, vem criticando a assim chamada tradição logocêntrica da filosofia desde Sócrates e Platão, isto é, a crença racionalista de que a Razão nos capacitará a solucionar todos os segredos da realidade, a historiografia pós-moderna tem também uma nostalgia natural pela história pré-socrática. A mais antiga historiografia dos gregos era épica; os gregos contavam uns aos outros os feitos de seus ancestrais através de narrativas épicas. As histórias que contavam uns aos outros não eram mutuamente exclusivas, pois inspiravam acima de tudo contemplação ética e estética. Porque a guerra e os conflitos políticos estimularam uma consciência social e política mais profunda e porque a palavra escrita tem uma tolerância muito menor que a transmitida oralmente por divergências, a uniformização “logocêntrica” do passado foi introduzida por e também após Hecataeus, Heródoto e Tucídides.<sup>38</sup> Assim, o jovem tronco da árvore do passado emergiu da terra. Certamente não quero sugerir que voltemos aos dias anteriores a Hecataeus. Aqui, também, temos uma questão de verdade metafórica mais que literal. O pós-moderno não rejeita a historiografia científica, mas somente chama a atenção para o círculo vicioso modernista, que gostaria de nos fazer crer que nada existe fora dele. Fora dele, porém, estão todos os domínios do significado e propósito históricos.

*(Traduzido do original em inglês por Aline Lorena Tolosa)*

## Notas

\* Originalmente publicado em *History and Theory*, v. 28, pp. 137-153, maio 1989.

<sup>1</sup> J. Romein, “Het vergruisde beeld”, e “Theoretische geschiedenis”, in *Historische Lijnen en Patronen* (Amsterdam, 1971).

<sup>2</sup> R. G. Collingwood, *An Essay on Metaphysics* (Oxford, 1940).

<sup>3</sup> J. F. Lyotard, *La Condition postmoderne* (Paris, 1979), 15.

<sup>4</sup> A informação é performativa, tem força puramente “elocucionária” e “perlocucionária”, devido à perda do elemento de constatação; a informação não é performativa porque está sujeita às suas próprias leis e não às da intercomunicação humana — a comunicação é apenas parte da vida da informação.

<sup>5</sup> W. van Reijen, “Postscriptum”, in *Modernen versus Postmodernen*, ed. W. Hudson and W. van Reijen (Utrecht, 1986), 9-51; W. Hudson, “The Question of Postmodern Philosophy?”, *ibid.*, 51-91.

- <sup>6</sup> J. Culler, *On Deconstruction: Theory and Criticism after Structuralism* (Londres, 1985).
- <sup>7</sup> Ibid., 90.
- <sup>8</sup> Ibid., 88.
- <sup>9</sup> J. van Heijenoort, "Logical Paradoxes", in *The Encyclopedia of Philosophy*, ed. P. Edwards (London, 1967), 45-51.
- <sup>10</sup> F. R. Ankersmit, *Narrative Logic: A Semantic Analysis of the Historian's Language* (The Hague, 1983), 239, 240.
- <sup>11</sup> H. White, *Metahistory: The Historical Imagination in Nineteenth Century Europe* (Baltimore, 1973), 37.
- <sup>12</sup> F. R. Ankersmit, "The Use of Language in the Writing of History", in *Working with Language*, ed. H. Coleman (Berlin, 1989).
- <sup>13</sup> H Bertens, "Het 'Talige' van de Postmoderne Werkelijkheid" em "Modernen versus postmodernen", 153-53. A posição de Bertens é na realidade ainda modernista: sua tese de que a linguagem nunca poderá representar o todo da realidade o leva a escolher uma posição dentro da polaridade entre linguagem e realidade, em vez de manter-se do lado de fora, como seria o que é requerido de um pós-modernista.
- <sup>14</sup> White, *Metahistory*, 30; P. Ricoeur, "The Model of the Text: Meaningfull Action Considered as a Text", in *Interpretative Social Science*, ed. P. Rabinow and W. Sullivan (London, 1979), 73.
- <sup>15</sup> Von der Dunk, *De Organisatie van het Verleden* (Bussum, 1982); ver, por exemplo, 169, 170, 344. 362, 369.
- <sup>16</sup> E. H. Gombrich, "Meditations on a Hobby Horse, or the Roots of Artistic Form", in *Aesthetics Today*, ed. P. J. Gudel (New York, 1980).
- <sup>17</sup> A. Megill, *Prophets of Extremity: Nietzsche, Heidegger, Foucault, Derrida* (Berkeley, 1985); ver, especialmente, 2-20.
- <sup>18</sup> C. P. Bertels, "Stijl: Een Verkeerde Categorie in de Geschiedwetenschap", in *Groniek* 89/90 (1984), 150.
- <sup>19</sup> N. Goodman, "The Status of Style", in N. Goodman, *Ways of Worldmaking* (Hassocks, 1978), 26.
- <sup>20</sup> P. Gay, *Style in History* (London, 1974), 3.
- <sup>21</sup> A. C. Danto, *The Transfiguration of the Commonplace: A Philosophy of Art* (Cambridge, Mass., 1983), 188.
- <sup>22</sup> G. Duby and G. Lardreau, *Geschichte und Geschichtswissenschaft: Dialogue* (Frankfurt am Main, 1982), 97, 98.
- <sup>23</sup> J. Huizinga, "De Taak der Cultuurgeschiedenis", in *J. Huizinga: Verzamelde Werken 7* (Haarlem, 1950), 71, 72; italics mine.
- <sup>24</sup> Duby and Lardreau, *Geschichte*, 98ff.

- <sup>25</sup> Este é o *Leitmotifem* D. P. Spende, *Narrative Truth and Historical Truth: Meaning and Interpretation in Psychoanalysis* (New York, 1982).
- <sup>26</sup> R. Rorty, "Freud and Moral Reflection", 17. O autor deste artigo me deu uma fotocópia; infelizmente não possuo outras informações sobre ele.
- <sup>27</sup> *Programmaboek Congres "Balans en Perspectief"* (Utrecht, 1986), 50.
- <sup>28</sup> Isto, é claro, se refere à tese de K. Löwith em seu *Meaning in History* (Chicago, 1970).
- <sup>29</sup> Lyotard, *La Condition postmoderne*, 49-63.
- <sup>30</sup> F. R. Ankersmit, "De Chiastische Verhouding Tussen Literatuur en Geschiedenis", in *Spektator* (October, 1986), 101-20.
- <sup>31</sup> Provas impressionantes da importância rapidamente decrescente do passado europeu nos é dada por M. Ferro, *Hoe de Geschiedenis aan Kinderen Wordt Verteld* (Weesp, 1985).
- <sup>32</sup> J. Romein, *Op het Breukvlak van Twee Eeuwen* (Amsterdam, 1967), I, 35.
- <sup>33</sup> Culler, *On Deconstruction*, 8.
- <sup>34</sup> *Ibid.*
- <sup>35</sup> J.-J. Rousseau, *Les Rêveries du promeneur solitaire* (Paris, 1972), 101.
- <sup>36</sup> *Ibid.*
- <sup>37</sup> S. Freud, "Das Unheimliche", in *Sigmund Freud: Studienausgabe IV. Psychologische Schriften* (Frankfurt, 1982), 264.
- <sup>38</sup> Estou profundamente em dívida com a Sra. J. Krul-Blok por estes comentários sobre a origem da consciência grega.